



ISSN 1678-7730 N. 62 – FPOLIS, DEZEMBRO, 2004.

GLOBALIZAÇÃO E CULTURA A IDENTIDADE NO MUNDO DE IGUAIS

Katja Plotz Fróis

Editor

Prof. Dr. Rafael Raffaelli

Conselho Editorial

Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis
Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant
Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe
Profa. Dra. Miriam Grossi
Prof. Dr. Selvino José Assmann

Editores Assistentes

Cláudia Hausman Silveira
Dora Maria Dutra Bay
Elisa Gomes Vieira
Katja Plotz Fróis
Maria da Graça Agostinho Faccio
Silmara Cimbalista

Secretária Executiva

Liana Bergmann

GLOBALIZAÇÃO E CULTURA A IDENTIDADE NO MUNDO DE IGUAIS

Katja Plotz Fróis*

RESUMO

Quando se fala em globalização, em geral o senso comum cria a imagem de um mundo com bases não só políticas e econômicas – mas também culturais – uniformizadas. Partindo do confronto dos conceitos de cultura e de identidade e de globalidade, nacionalidade e identidade, o presente texto tem por objetivo defender a idéia de que a conformação de uma cultura global comunitária homogênea é impraticável.

Palavras-chave: globalização, cultura, identidade, homogeneidade.

ABSTRACT

Talking about Globalization, the common sense generally creates the idea of a world with formalized bases, not only at political and economical ranges, but also at the cultural one. From the confrontation of the concepts of culture and identity and the ones of globality, nationality and identity, this work aims to present the idea that the configuration of a homogeneous communitarian and global culture is not available.

Keywords: globalization, culture, identity, homogeneity.

* Doutoranda DICH

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a superestrutura se modifica mais lentamente que a base econômica, as mudanças ocorridas nas condições de produção precisaram mais de meio século para refletir-se em todos os setores da cultura.

Walter Benjamin, 1936-1955.(1996. p.165)

Quando se fala em globalização, em geral o senso comum cria a imagem de um mundo com bases não só políticas e econômicas – mas também culturais – uniformizadas. Segundo Lomnitz (1994. p. 258),

o termo globalização é perigoso porque se refere, acima de tudo, a interconexões no nível da economia e das comunicações, mas não necessariamente envolve a constituição de uma ideologia global de comunidade.

O presente texto tem por objetivo defender a idéia de que a conformação de uma cultura global comunitária homogênea é impraticável.

CULTURA E IDENTIDADE

Desde que o ser humano iniciou a saga do registro de sua história, desde que se tornou um ser civilizado, observou-se, no tempo e no espaço, a distinção entre tipos de sociedades: extrativista, caçadora, agrícola, guerreira, comerciante, conquistadora, colonizadora... Esses estágios históricos, que também representam formas de sociedades conviventes, configuraram diferentes categorias culturais, de acordo com a conformação específica de cada uma delas.

O termo cultura deriva do verbo latino *colere*, cultivar, e estava originariamente relacionado ao cultivo da terra. Provavelmente, a relação anímica com a natureza como parâmetro para a compreensão do mundo fez com que o termo agrícola passasse a traduzir, também, os padrões de comportamento e de relacionamento dos homens. Passou-se a designar de cultura tudo que aludisse a normas, regras e conteúdos sociais cultivados pelo homem. Segundo Damatta (1986. p. 123),

a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. [...] Um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmos. É justamente porque compartilham parcelas importantes deste código (o da cultura) que um conjunto de indivíduos com interesses e capacidades distintas e até mesmo opostas transforma-se num grupo onde podem viver juntos, sentindo-se parte da mesma totalidade.

O conceito de cultura apresentado por Damatta importa no sentido que atribui à cultura; o de instância modificadora do homem, por ele criada. É uma idéia compartilhada com a de Geertz (1989. p. 103), que afirma mesmo que é por meio de sua cultura que o homem define seu mundo, tratando-se, essa, de um

Padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento em relação à vida.

Cultura, nesse sentido, é a maneira mesmo como o homem se coloca no mundo. Sem esquecer o conceito aristotélico, segundo o qual o homem é um ser social, e remetendo ao conceito grego *téckne*, podemos afirmar que cultura é a tecnologia por meio da qual o ser humano torna possível a vida social. Desde que “não há indivíduo humano desprovido de cultura, exceto o recém-nascido e o *homo ferus*; um porque ainda não sofreu o processo de endoculturação e o outro porque foi privado do convívio humano” (MARCONI, PRESOTTO. 1987. p. 41), a idéia de que a cultura é um atributo do homem como ser social não é desprovida de bases.

O mundo, como o conhecemos hoje, compõe-se de sociedades caracterizadas por culturas distintas. As raízes dessas culturas, geralmente com fundamento religioso, são tão antigas quanto o processo de formação dessas sociedades. Ao associar-se a seus iguais, o homem busca estabelecer critérios de convivência, de ritualização e de significação que tornam a sociedade dos homens um mundo seu, cultivado, construído e consolidado na mente das gerações. Assim a cultura torna-se expressão do caráter de um povo. Este processo, de formação de uma civilização – de uma sociedade com uma cultura específica – é um processo lento e longo, onde conta a preservação de tradições, o incremento dos saberes e a transmissão dessa tradição sempre acrescida, mas sempre construída dentro de parâmetros aceitos socialmente e regulados pelo corpo da própria cultura.

Pertencer a uma cultura significa ter identidade frente ao outro – qualquer – e, sobretudo, compartilhar, com aqueles pertencentes à mesma cultura, um grau de igualdade tal que se permita, a cada indivíduo, ser, ao mesmo tempo, livre e igual, já que o que torna os homens iguais em uma cultura subjaz à própria consciência de identidade que o torna livre em sua manifestação dessa cultura. Segundo Stuart Hall (2002. Cap. I), a identidade cultural apresenta-se sob dois focos. O primeiro refere-se à cultura compartilhada em sociedade ou nação, aquela que reflete experiências históricas comuns consolidadas em códigos e referências, conforme o já citado conceito de Geertz. Esses códigos e referências dão sentido à pertinência a uma sociedade ou nação, representando o corpo estável da cultura. O segundo foco refere-se, complementarmente ao primeiro, à experiência individual que agrega valores e referências a uma cultura, tornando-se mecanismo de transformação, mudança e adaptação dessa. O contato entre povos de diferentes culturas, sobretudo após a aceleração do processo de globalização verificado desde o esvaziamento pragmático do socialismo e certamente em decorrência da polarização mundial após a Segunda Grande Guerra, tornou-se, contudo, um processo de contínua hibridização fragmentar: a base das novas formas culturais verificadas não são as nações, mas os indivíduos. A eliminação de barreiras nacionais – da qual a queda do muro de Berlim é o ícone mais enfático – fez com que as barreiras ideológicas se concentrassem em atores sócio-políticos, econômicos e culturais. Nesse contexto, a capacidade de disseminação da informação, da disseminação do meio e da mensagem, passa a ser a medida do poder de tais ideologias. Assim, contemporaneamente, verifica-se a primazia da cultura ocidental – nem sempre representada por seus mais altos valores – como referente valorativo. Após o fim da Guerra Fria, no entanto, os temas relativos à identidade e diferença sócio-cultural têm se tornado cada vez mais presentes não só em discussões acadêmicas, como também em manifestações de diversas ordens, talvez devido à explicitação exacerbada tanto da fragmentação cultural quanto desta primazia da cultura ocidental como referente mundial.

A primazia ocidental tem raízes na matriz colonialista e imperialista instaurada a partir do século XVI e difundida até o início do século XX. A partir dessa matriz, cujas origens são, primeiro, a modernidade européia e, depois, a norte-americana, instituiu-se o padrão hodierno de organização social e política que caracteriza os estados nacionais e a economia mundial, de cunho capitalista. Essa condição, no entanto, tem apresentado fissuras em direção a um evidente descentramento multiculturalista do ocidente. Em *O choque das civilizações*, de 1996, Samuel P. Huntington defende o conceito de uma ordem mundial, baseada no conflito entre civilizações, originada pelas diferenças culturais. Huntington sustenta que os valores basilares do ocidente têm pouca projeção ou aceitação

junto a outras civilizações, alertando que o ocidente deve estar preparado para defende esses valores, renunciando o atual conflito mundial radicado na diferença civilizacionais entre culturas judaico-cristãs e islâmicas. Huntington faz o diagnóstico do mundo multipolar e multicivilizacional onde “a cultura e as identidades culturais – que, em nível mais amplo, são as identidades das civilizações – estão moldando os padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós-Guerra Fria.” (HUNTINGTON, 1996. p. 18-19).

O homem, em geral, necessita de estruturas de classificação e referenciação para sua ação e pensamento. A permanência da Guerra Fria após os conflitos mundiais de ordem claramente política, que marcaram o início do século XX, apresenta a base sobre a qual se construiu uma visão de mundo bipolarizado, onde identidades e diferenças são justificáveis pela divisão ideológica representada pela personalização dos extremos pelos Estados Unidos e União Soviética; os impérios ocidental e oriental servindo quase de base para classificações generalistas de civilização e de barbárie, de liberdade e de opressão, de pietismo e de ateísmo – e, as vezes, de paganismo –, de bem e de mal. Essa era a visão ocidental, fundada em modelos hegemônicos:

A Guerra Fria foi uma situação extremamente estável, ainda que não pareça. Dois blocos de poder, representando conceitos de organização social opostos, lutavam pela supremacia; porém, cada lado respeitava os interesses vitais do outro lado, uma vez que cada potência podia destruir inteiramente a outra (e o mundo) no caso de uma guerra. Isto colocava um limite claro ao conflito; por sua vez, todos conflitos locais eram englobados pelo conflito entre as potências. Este mundo extremamente estável chegou a um fim como resultado da desintegração interna de uma das superpotências; mas nenhuma ‘nova ordem mundial’ tomou seu lugar. Entramos num período de desordem” (SOROS, 1997. p. 53).

Concomitantemente, os modelos tanto liberais, de cunho marcadamente ocidentalizante, como socialistas passaram a ser alvo de movimentos de contestação que fizeram dos anos 60 os anos rebeldes: criticava-se, sobretudo, a hegemonia ocidental que pasteurizava as sociedades, as culturas e as minorias, periféricas ou não, em um molde uniformizador que passaria a caracterizar o mundo na segunda metade do século XX: o modelo americano da cultura de massas¹. Novas formas de

¹ Sobre a década de 60, Cf. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. cap. 11: Revolução cultural. p. 314-336. Sobre o problema da cultura de massas e sobretudo sobre aquela difundida pela TV, seu veículo por excelência, com ênfase na cultura de massas americana, Cf. POSTMAN, Neil. *Amusing ourselves to death*. New York: Penguin, 1986.

pensamento puseram em questão o caráter excludente da ordem liberal vigente. Nos países latino-americanos, a emergência de formas sociais e intelectuais fundadas na idéia de descentramento incluía, sobretudo, a resistência contra a associação da ordem capitalista com regimes autoritários e tecnocráticos, geralmente de base militar².

Com a queda dos estados comunistas, coroada pela dissolução da União Soviética em 1991, a onda de expansão ocidental torna-se mais explícita e traduz, no termo globalização, a falsa retórica de um mundo tornado igualitário. Alguns pensadores, como Peter Rutland (*Globalization and the Transition in Eastern Europe*. in: McALESTER. 1995), chegam mesmo a afirmar que a queda do regime socialista, mais do que causa, seria uma prova da Globalização. Não se pode afirmar que tal autor – um cientista social norte-americano envolvido com o trabalho de reestruturação econômica do Leste Europeu – seja desinformado ou ingênuo. Entretanto, ao nos apercebermos de que há autores e comentaristas donos de uma visão muito mais aberta com relação à situação mundial³, pode-se especular a existência de todo um cenário ideológico que deforma e direciona o debate acerca das relações de hegemonia, poder, economia e cultura, no mundo atual.

A globalização representa, ao mesmo tempo, interpenetração e interconexão marcadas pela supremacia do capital e do mercado, entre regiões, estados nacionais e comunidades, e potencialização da demanda por singularidade e por espaço para a diferença. Se nas instâncias econômicas a globalização significa o retraimento da soberania dos estados sobre essas, nas instâncias culturais o processo encontra a necessária resistência à perda das identidades e à anulação de culturas.

QUEM SOMOS NÓS?

Frente à contradição entre o processo de globalização e as demandas por legitimação ou manutenção das diferenças culturais, em 1996 Sardar (p. 81) lançou um desafio – ou apelo – aos cidadãos do mundo, ocidental e não ocidental, de modo que se recupere

² Sobre a ideologia militar no Brasil, logo após o golpe de 1964, Cf. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Epílogo. p. 367-388 e apêndice. p. 389-399. No apêndice fica evidente o papel intervencionista dos Estados Unidos na política brasileira, em um claro exemplo desta aliança entre capitalismo e regimes militares na América Latina.

³ Além dos já citados HUNTINGTON e SOROS, temos a globalização vista como processo irradiado de um centro hegemônico – Cf. FEATHERSTONE, Mike. *Undoing culture: globalization, postmodernism and identity*. London: Sage, 1995. – ou como um conjunto de fluxos produtores de conjunções e disjunções – Cf. APPADURAI, Arjun. *Disjuncture and difference in the global cultural economy*. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Global culture: nationalism, globalization and modernity*. London: Sage, 1991. Em ambos os casos, não há ingenuidade em relação ao objetivo dos estados envolvidos.

nosso passado plural e, através dele, o nosso futuro plural de forma a, mais uma vez, podermos começar a ter histórias, meta-histórias e mitografias, formas variadas e igualmente válidas de ver o mundo e reconstruir o passado, e respostas igualmente válidas a acontecimentos e idéias que dêem base a um futuro plural para os povos do mundo em toda a sua diversidade. Esta é a única maneira de reivindicarmos os debates silenciados pelo êxito de Colombo.

É um apelo tocante, mas a idéia de Sardar parece um tanto deslocada em um mundo onde, apesar da sobrevivência de estados modernos, de acordo com o conceito de moderno como mundo regido por meta-narrativas⁴ e pelo ideal racionalista- positivista⁵. No entanto, o apelo encontra ecos em movimentos de retorno ao passado, de reconstrução e de invenção de identidades, de construção de novos jogos de linguagem – para usar um conceito de Lyotard – ou de novos idioletos, significando, aqui, novas expressões de antigas culturas.

Vimos que a afirmação de identidades é o outro lado da moeda do caráter econômico da globalização. A globalização pressupõe a idéia de desterritorialização e desinstitucionalização, em um movimento em direção a um mundo sem fronteiras. A falta dessas, no entanto, implica na perda das referências. São elas que tornam o sujeito, ao mesmo tempo, igual entre iguais e diferente entre todos, já que a pertinência a um território significa pertinência a um elo de identificação e a pertinência a uma instituição – seja ela política social ou, especificamente, cultural – significa compartilhamento de crenças, convicções ou ideais. Ao tratar a cultura como ordem de recomposição do mundo, Huntington (1996. p. 20) afirma que “no mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais.” E destaca que, hoje, não é mais a polarização aos moldes da Guerra Fria que conta. Não é a dicotomia entre o ocidente judaico-cristão e o oriente islâmico, onde “os Estados Unidos são um dos países mais fundamentalistas do mundo, comparável ao Irã” (CHOMSKY. 2000. p. 103) que sustentará as bases de uma nova reorganização do mundo. O autor aponta um mundo dividido em nove civilizações⁶ e afirma que os estados estariam, hodiernamente, se agrupando sob a égide das sete ou oito mais importantes delas; sete ou oito culturas forjadas desde a civilização do homem. Essas

⁴ Sobre o conceito de pós-modernidade como superação do ideal das meta-narrativas e grandes relatos, característico da modernidade, Cf. LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p. 69-76.

⁵ Sobre a discussão da modernidade como busca do ideal racionalista, Cf. HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martis Fontes, 2002.

⁶ São elas: a ocidental, a africana, a islâmica, a sínica, a hindu, a ortodoxa, a latino-americana, a japonesa e a budista. Cf. *Ibidem*. p. 26-27.

culturas guardam o *cerne duro* – lento de ser tocado, como adverte Benjamin – que suporta o homem como ser social, como sujeito, como identidade, como diferença.

Esse homem sabe que sua identidade é tolerada em grande parte devido ao interesse mercadológico que a condição de ser diferente estabelece. Em um contexto onde a mais potente nação do mundo – em termos militares e econômicos – vende cultura de massas, cultura que prioriza o consumo em detrimento do *cultivado*, conta somente ver o outro como cliente, como consumidor, como usuário de serviços. Mas aqui cabe a questão: “quem somos nós?” Da resposta a essa questão parece surgir, de forma bastante realista, a antevisão de uma ordem em que o diferente é tolerado, e, mais do que isso, desejado ou temido, também porque representa uma instância impenetrável, como o tem mostrado, no ano de 2004, o conflito entre Estados Unidos e Iraque. O Iraque não é somente o alheio ao ocidente; é um outro e, como tal, merece respeito, pois sinaliza a impossibilidade mesmo de tornar o mundo um mundo de iguais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, Arjun. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Global culture: nationalism, globalization and modernity*. London: Sage, 1991.
- CHOMSKY, Noam. *Discurso da Dissidência*. Lisboa: Dinossauro, 2000.
- DAMATTA, Roberto. *Exploração: um ensaio de sociologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Rocco. 1986.
- FEATHERSTONE, Mike. *Undoing culture: globalization, postmodernism and identity*. London: Sage, 1995.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martis Fontes, 2002.
- HALL, Stuart. *Questions on cultural identity*. Londres: Sage, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos O breve século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- LOMNITZ, Claudio. Decadence in Times of Globalization. In: *Cultural Anthropology*. v. 9. n.2. mai. 1994.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. *Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1987.
- POSTMAN, Neil. *Amusing ourselves to death: public discourse in the age of show business*. New York: Penguin, 1986.
- RUTLAND, Peter. Globalization and the Transition in Eastern Europe. In: *McAlester International*. v. 2. New York, out 1995.
- SARDAR, Zia; RAVETZ, Jerry. *Cyberfutures: culture and politics on the information highway*. New York: Plutopress, 1996.
- SOROS, George. The Capitalist Threat. In: *The Atlantic Monthly*. New York, fev 1997.

Artigo enviado em 10 de novembro de 2004.